

ARTIGO

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EVANGÉLICA: RÁDIOS FM ´S NAS CAPITALS BRASILEIRAS

VALDEMAR FIGUEREDO FILHO

Pós-Doutorado em Sociologia, em curso, pela Universidade de São Paulo (USP).
Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). E-mail: valdemarff43@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2740-3630>

RESUMO: O fenômeno recente de setores das igrejas evangélicas na arena política brasileira é composto por múltiplas variáveis e se pronuncia no espaço público com discursos polifônicos. Neste artigo, pesquisamos sobre as rádios FM ´s nas capitais brasileiras por entender que apresenta uma amostragem significativa desses atores que atuam tanto no palco político, quanto no religioso e no midiático. A categoria que expressa a representação política estudada seria *coronelismo eletrônico evangélico*. Por essa perspectiva não são ignoradas as identidades religiosas que reclamam por certa moralidade no espaço público, mas privilegiamos as redes de comunicação evangélicas nas suas estruturas institucionais e arranjos políticos para tentar analisar o objeto. O conceito de *Cenário de Representação Política (CR-P)* serviu-nos como suporte teórico para pensarmos o *coronelismo eletrônico evangélico* para além de um neologismo. Empreendemos o trabalho empírico em que os 82 membros da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, da 56ª legislatura (2019-2022), foram monitorados a partir dos vínculos com as redes de comunicação evangélicas. Desse modo, foram configurados como atores protagonistas dessa trama os alegados representantes do *coronelismo eletrônico evangélico*. Além de identificar as performances pessoais dos parlamentares, tivemos que caracterizar as redes de comunicação as quais são diretamente responsivos ou estão formalmente vinculados. Os membros da denominada bancada evangélica na Câmara dos Deputados na 56ª legislatura, com poucas exceções, dispõem e dependem, em boa medida, das referidas redes de comunicação. Daí, o fundamental suporte teórico-metodológico do conceito de *Cenário de Representação Política (CR-P)* nesta pesquisa de feição qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Política. Evangélicos. Coronelismo. Mídia. Rádio. Representação Política.

EVANGELICAL POLITICAL REPRESENTATION: FM RADIOS IN BRAZILIAN CAPITALS

ABSTRACT: The recent phenomenon of evangelical church sectors in the Brazilian political arena is composed of multiple variables and speaks out in the public space with polyphonic discourses. In this article, we researched the FM radios in the Brazilian capitals because we understood they display a significant sampling of those actors playing on the political, religious, and media stages. The category that expresses the political representation studied would be *evangelical electronic coronelism*. From this perspective, we do not ignore the religious identities that demand some morality in the public space. Still, we privileged the evangelical communication networks because of their institutional structures and political arrangements to try to analyze the object. The concept *Cenário de Representação Política/Scenario of Political Representation (CR-P)* served as theoretical support to think the *evangelical electronic coronelism* beyond a neologism. Researchers did empirical work in which the 82 members of the evangelical political caucus in the House of Representatives in its 56th legislative term (2019-2022) were monitored based on their connections with the evangelical communication networks. This way, the study designed the alleged representatives of the *evangelical electronic coronelism* as the leading roles in this plot. Besides identifying the personal performances of the members of the parliament, we had to characterize the communication networks to which they are directly responsive or formally bound. The members of the so-called evangelical caucus in the House of Representatives in its 56th legislative term, with a few exceptions, make use of and depend on, in good measure, the referred communication networks. That is the fundamental theoretical-methodological support of the concept *Cenário de Representação Política (CR-P)* in this qualitative research.

KEYWORDS: Political Communication. Evangelicals. Coronelism. Media. Radio. Political Representation.

Recebido em: 05/09/2022

Aprovado em: 25/10/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p118-146>



Introdução

Em termos institucionais, como setores das igrejas evangélicas se organizam para participar da política partidária com ambições eleitorais? Por certo existem múltiplos arranjos eclesiais e políticos, mas, neste artigo, vamos nos concentrar no aspecto das redes de comunicação. Supomos que, majoritariamente, a representação política evangélica tem a ver diretamente com instituições que remetem às redes de comunicação evangélicas. Devido à abrangência e extensão de tais redes, não faremos análises de discurso nem optaremos pelas descrições das estruturas religiosas (eclesiais), econômicas (empresariais) nem políticas (eleitorais). Nosso objetivo é caracterizar esses atores políticos enquanto proprietários/concessionários/usuários de radiodifusão. As representações políticas evangélicas não se resumem às redes de comunicação dos grupos religiosos implicados, mas, certamente, trata-se das instituições mais frequentes e decisivas para que se entenda o fenômeno.

Partiremos da seguinte hipótese: a representação política evangélica passa decisivamente pelas instituições das redes de comunicação. Nem a alegada agenda moral consegue representar o ponto de convergência entre os diversos grupos evangélicos. Pelas vias eclesiais ou estéticas, teológicas ou dos costumes, não é possível se chegar a um ponto comum que congregue e defina o ser evangélico no Brasil. O grau de coesão é melhor aferido quando levado em conta a construção, manutenção e extensão das redes de comunicação. O projeto político prioritário, em termos institucionais, comum aos setores evangélicos implicados, é a formação, manutenção e extensão de redes de comunicação, para que os respectivos grupos religiosos disponham de poderes simbólicos, econômicos e políticos.

Reconhecemos que existem entre os grupos definidos ou autoproclamados como evangélicos diversas práticas e valores (religiosos, políticos e midiáticos). Quando caracterizamos o *coronelismo eletrônico evangélico*, não estamos supondo a totalidade, mas a maioria das redes de comunicação evangélicas. A pesquisa empírica não vai se concentrar na mídia televisão nem nas redes sociais da Internet. Caso o fizéssemos, teríamos que trabalhar com outras importantes variáveis, pois estaríamos diante de outras estruturas. Deste modo, concluímos que pesquisar sobre as rádios FM's nas

capitais brasileiras será relevante para apresentar uma amostragem do fenômeno que expressa o *coronelismo eletrônico evangélico*.

Caso a assertiva que a mídia conquistou a centralidade da vida humana seja procedente, podemos inferir que a mídia conquistou a centralidade da representação política evangélica. Portanto, é justificável empreendermos pesquisas que visam entender o fenômeno da representação política evangélica a partir da centralidade das suas respectivas redes de comunicação. Os poderes simbólicos, econômicos e políticos que alguns setores evangélicos dispõem dependem, em boa medida, das suas redes de comunicação.

A Pesquisa

Segundo Venício A. de Lima (2001, p. 175), a mídia, além de ser palco, se transformou também em objeto das disputas políticas. Venício A. de Lima trabalha com o conceito de *Cenário de Representação Política (CR-P)*. Em linhas gerais, o CR-P postula que na atualidade, para a compreensão do poder político, é razoável admitir a mídia como fator fundamental. Não atribuir à mídia uma posição central na formação da cultura política seria incorrer em grave erro. Seria um reducionismo insistir na perspectiva analítica em que a mídia é considerada como mera informação política. Lima apresenta o conceito de *CR-P* como suporte teórico-metodológico para as pesquisas na área de comunicação política. Explicita neste contexto o que entende por *representação*.

Tendo o conceito de *CR-P* como suporte metodológico, inferimos que o mesmo pode ser dito sobre o fenômeno religioso em que grupos evangélicos brasileiros protagonizam ações públicas em que o midiático e o político não são meros meios, mas são estabelecidos como estruturas e instituições fundamentais para as proclamadas missões religiosas.

Nesta pesquisa, adotaremos o sentido de “mídia” com destaque para o suporte técnico e a formação institucional. Mídia no sentido de estruturas institucionais das redes de comunicação evangélica. Com a delimitação, nos ocuparemos das rádios FM´s nas capitais.

Outra referência metodológica com a qual trabalharemos será a concepção de John B. Thompson (1998) sobre mídia, enquanto fenômeno

socialmente contextualizado. Para ele, a comunicação se estrutura não fora, mas dentro das estruturas sociais. O binarismo referido por Lima (2001, p. 175) também é encontrado na comunicação política sugerida por Thompson: a mídia é tanto “constituída pela” quanto “constituidor da” realidade social. Quem pesquisa temas na área de comunicação política deve sempre perguntar pelas estruturas sociais. Jamais reduzir ou confundir estruturas sociais com meros aspectos técnicos, tecnologias, aparatos físicos, pelos quais, supostamente, ocorreriam a mediação.

A comunicação é compreendida enquanto ações intencionais dentro de um campo de interação.

Thompson dialoga com o trabalho de John Langsham Austin (1990), especificamente com a concepção de comunicação como forma de ação. O agir comunicativo não prescinde de estruturas sociais, institucionais e midiáticas. As expressões performativas ocorrem sempre num cenário peculiar. Neste sentido, para Austin, “o dizer é fazer” (AUSTIN, 1990, p. 12, 24). Quando discorre sobre “campo de interação”, Thompson interage também com a teoria desenvolvida por Pierre Bourdieu (1999; 2006). Persiste a concepção de comunicação como “forma de ação”, no entanto, a ênfase recai sobre o conceito de “campo de interação”. Dessa abordagem se apreende a noção de contextos sociais estruturados.

Dessas aproximações entre os apontamentos teórico-metodológicos da comunicação política trazidos por Lima (2001; 2006) e Thompson (1998), inferimos que a institucionalização representa certo grau de previsibilidade através do estabelecimento de regras e normas para promover as relações sociais. Pesquisar a comunicação considerando-a como *forma de ação* é possível na medida em que se reconhece o *campo* onde tal comunicação se realiza.¹

O rádio como eixo interpretativo da representação política evangélica.

Pela natureza do objeto pesquisado, e pelas frequentes mudanças dos *dials* nos estados, os resultados da pesquisa das rádios FM´s nas capitais brasileiras oscilam. Antes de apresentarmos os dados da pesquisa, convém uma breve incursão numa categoria que será importante para a nossa análise dos resultados. Sugerimos interpretar o fenômeno das redes de comunicação

¹ Para acompanhar esse debate de forma mais detida, ver: FIGUEREDO FILHO, 2010.

evangélicas enquanto atores políticos na história recente do Brasil na chave teórica que remete a um traço significativo da cultura política brasileira, o coronelismo.

O Coronelismo eletrônico evangélico

Coronelismo resulta da sobreposição do regime representativo. Conluio do poder público com chefes locais. Troca de favores. Mandonismo nos municípios que vão além das instituições políticas formais. Chefes políticos municipais que não ocupam necessariamente cargos públicos. O coronelismo atua para além do regime representativo. A liderança política do “coronel” se evidencia quando exerce a sua força eleitoral. Dispõe de poderes e mecanismos para acionar “votos de cabresto”. Enquanto proprietário rural, o “coronel” mantém relações de dependência como se os trabalhadores lhe devessem favores e obediência (LEAL, 1975).

Estratificação social reduzida ao binarismo senhores de terra e seus dependentes. Numa breve referência à divisão de classes na sociedade rural brasileira, Leal demonstra a continuação da concentração da propriedade rural. Ainda que identificada a crescente criação de pequenas e médias propriedades rurais, prevalecia a estrutura baseada na concentração de grandes propriedades, latifúndios. O fenômeno do “coronelismo” não decorre apenas do mandonismo municipal, também deriva da estrutura econômica e social brasileira (LEAL, 1975, p. 38).

O autor situa o estudo do municipalismo brasileiro apontando para duas perspectivas: plano conceitual que lida com o idealismo e plano prático que lida com a história. Opta por uma abordagem do municipalismo na perspectiva histórica partindo da seguinte noção: “Por tudo isso, o latifúndio monocultor e escravocrata representava, a essa época, o verdadeiro centro de poder da colônia: poder econômico, social e político” (LEAL, 1975, p. 68).

Tal declaração não foi feita de forma aleatória. Existe uma base sustentada por fontes históricas com as quais o autor trabalha. Contudo, adverte que não era a sua intenção neste trabalho ocupar-se das controvérsias históricas. Na política colonial, supor que havia um municipalismo teoricamente orientado com organização e método, revelaria bem mais o nível de idealismo do intérprete do que a realidade histórica. Em termos

interpretativos, no Brasil colonial, falar em municípios é tratar de mandonismo local.

Assembleia Constituinte que resultou na segunda Constituição do Brasil, 1891, a ideia federalista era cortejada como contraponto à centralização monárquica. Contudo, a descentralização via municípios não se deu conforme teoricamente se idealizava. Isso porque superada a centralização do monarca, ainda havia a centralização na esfera dos Estados da federação. A nascente República Federativa Brasileira não era centralizada na União, muito menos descentralizada com o ativismo municipal. Persistia a centralização através dos Estados federados (LEAL, 1975, p. 80).

A Revolução de 1930 se encarregou de superar a estrutura política da República Velha. Tal compromisso passava obrigatoriamente pelos termos da administração pública municipal. Mais uma vez o idealismo teórico que tendia para a descentralização esbarrava na realidade de um aparelhamento, ora exercido pela União, ora pelos Estados federados. A autonomia municipal ficava parecendo um discurso corrente que não se concretizava (LEAL, 1975, p. 88).

A cada nova Constituição houve melhoras cumulativas em relação à efetivação da federação com a descentralização promovida pela municipalidade. Na Constituição da Segunda República, 1934, foi criado o Departamento de Municipalidade que exercia função dupla: prestar assistência técnica para aperfeiçoar a gestão pública e fiscalizar as finanças. O desafio dos Departamentos de Municipalidades consistia na conciliação entre assegurar a autonomia local e exercer tutelas fiscal e política (LEAL, 1975, p. 90).

A tendência delineada na Constituição de 1934 em relação ao princípio da municipalidade foi mantida na Constituição ulterior de 1937. Ou seja, desenvolveram mecanismos de controle para afirmar o antimunicipalismo. Se por um lado havia simpatia idealista pela autonomia municipal, por outro, no Estado Novo, vigorava efetivamente a centralização política e administrativa.

Quanto à Assembleia Constituinte de 1946, houve mudanças de rumo no que concerne aos municípios. Deixou de vigorar o antimunicipalismo. O controle tributário beirando a asfixia financeira deixou de ser praticado, eleições de prefeitos e vereadores voltou a ser a norma e não havia mais instituições como Departamentos de Municipalidades enquanto órgãos de

controle. Foi assegurada a administração própria dos respectivos municípios (LEAL, 1975, p. 94).

Em proporções distintas, o comum a todas as fases foi a concentração do poder, seja pelo governo nacional ou pelos Estados federados, em detrimento do esvaziamento do poder dos municípios. Sob a alegação de que os municípios não deveriam ficar sujeitos às oligarquias locais dos coronéis, buscava-se um tipo de verniz institucional que evocasse o princípio da impessoalidade na administração pública. O coronelismo não foi banido, nem sequer combatido, mas tutelado e promovido pelos governadores.

Embora o federalismo seja idealizado como a solução para a descentralização, coexistência do poder central e do poder local, no caso brasileiro retratado por Victor Nunes Leal, o federalismo se desenvolveu a despeito do municipalismo.

Aferir que as causas e consequências do coronelismo ainda persistem rigidamente iguais seria incorrer em erro. No entanto, não podemos ignorar o fato que essa cultura política descrita por Leal não é estranha, mesmo na atualidade. Possui traços que são perceptíveis no dia a dia da política nas disputas eleitorais. A ideia de coronelismo ganhou novas roupagens. Entre outras, as feições de um “coronelismo eletrônico”.

No passado, a centralidade dos proprietários rurais dando contornos ao mandonismo municipal. Na atualidade, os chefes políticos identificados como proprietários de mídias. Os recursos de transformar aparatos técnicos de mídias em poder de influenciar votos e determinar estruturas eleitorais. Acrescenta-se o fator religioso que determina outro desdobramento: a emergência do “coronelismo eletrônico evangélico”. Mando local, não necessariamente circunscrito ao município, em que o controle de mídias voltadas para grupos evangélicos específicos coopera para gerar comportamentos políticos típicos.

Coronéis políticos transformados em coronéis eletrônicos. Mais do que uma transformação do conceito, trata-se de um novo arranjo diante das mudanças sociopolíticas. Tem mais a ver com continuidade do que com rompimentos ou rupturas. Nas duas pontas do processo, persiste a imposição do controle. Enquanto os antigos coronéis mantinham o controle eleitoral a partir das suas propriedades rurais, os atuais coronéis eletrônicos despontam

como liderança política a partir das suas propriedades de emissoras e retransmissoras de radiodifusão (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 78).

Suzy Santos e Sérgio Capparelli (2005) descrevem empiricamente como o poder público estabelece relações de trocas com setores empresariais que atuam na área das comunicações. São trocas de favores com compensações políticas que vão desde a sustentação política do governo até a propaganda política nos Estados e cidades em períodos eleitorais. Conluíus que funcionam para além das regras eleitorais e dos princípios democráticos de equidade de condições perante o Estado para disputar votos e oferecer representação. No Brasil atual, grupos familiares/empresarias dominam vastas redes de comunicação provenientes de concessões do Estado. Relações de troca que não fazem lembrar relações republicanas em que as decisões são publicizadas e justificadas. Conforme o coronelismo caracterizado por Victor Nunes Leal, o coronelismo eletrônico atual no Brasil funciona como uma sobreposição ao sistema democrático da representação política.

E quando os controladores das mídias dentro dessa lógica são grupos religiosos, especificamente evangélicos? Fica configurado o que conceituamos como *coronelismo eletrônico evangélico*. Grupos que dispõem do poder de comunicação midiática e que avançam na conquista, expansão, dos seus interesses religiosos, econômicos e políticos. Tais grupos podem ser igrejas que adquirem concessões do Estado de radiodifusão e resolvem diversificar suas atividades.

Os vícios inerentes aos mecanismos de outorgas de radiodifusão operados por instituições estatais remetem à noção de clientelismo. A propósito, o clientelismo é um dos principais pilares do coronelismo. No período da redemocratização brasileira, após a ditadura militar, esses vícios de origem não recrudesceram. As concessões continuaram a ser usadas como moeda de troca, em que estruturas estatais continuaram a distribuir benefícios para os aliados. Tratando-se do ramo das comunicações, tal monopólio representava também tentativas de silenciamento dos opositores. O coronelismo eletrônico seria então tão clientelista quanto o coronelismo descrito por Victor Nunes Leal.

Paulino Motter (1994)² pesquisou o período da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 monitorando como se dava a política de outorgas de concessões de rádio e televisão. Percebeu e documentou o festival de outorgas que funcionavam como ativos do poder executivo para transformar os processos em mecanismos de cooptação de parlamentares. A partir da estrutura dos “mandos políticos locais”, usavam-se as concessões como “moeda de troca”.

Retomando a nossa hipótese, a representação política evangélica passa decisivamente pelas instituições das redes de comunicação. Desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, o fenômeno do *coronelismo eletrônico evangélico* ocorre de forma contínua e crescente. Neste sentido, existe uma coesão pragmática entre diferentes grupos evangélicos que buscam, via consolidação de representações políticas, afirmação de redes de comunicação.

Rádios FM´s nas capitais brasileiras

Os procedimentos adotados para efetuar a pesquisa das Frequências Moduladas (FM´s) foram os seguintes: analisamos os dados disponibilizados pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT)³; embora não tenha sido a nossa abordagem prioritária, obtivemos informações cadastrais das emissoras no Sistemas Interativos Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)⁴; e, por fim, pesquisamos os *dials* por estados, refinando dados e ouvindo, quando possível, parte da programação dessas emissoras. Para tanto, as consultas ao site TudoRádio.com⁵ foram fundamentais.

Através da pesquisa, identificamos 407 rádios FM´s nas capitais brasileiras. Dessas, 101 são caracterizadas como evangélicas. Ou melhor, são rádios que veiculam programação voltada para o público das igrejas

² Sobre concessões de radiodifusão pelo Estado usadas como moeda de troca no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, ver a pesquisa: MOTTER, 1994.

³ ABERT. Disponível em: <http://www.abert.org.br>. Acesso em: entre novembro de 2021 e março de 2022.

⁴ ANATEL. Sistemas Interativos. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/sis/SistemasInterativos.asp>. Acesso em: entre novembro de 2021 e março de 2022.

⁵ TUDORÁDIO.COM. Dials por Estados. Disponível em: <http://www.abert.org.br>. Acesso em: entre novembro de 2021 e março de 2022.

evangélicas. Em qualquer capital do país é possível constatar a forte presença da linguagem religiosa nos *dials* das Rádios FM's e AM's, predominantemente, emissoras e retransmissoras evangélicas que operam em rede.

Segundo os dados obtidos nessa pesquisa, 24,8% das rádios FMS nas capitais brasileiras são voltadas para o público evangélico. Caso estivessemos restritos ao campo religioso, essa porcentagem já seria bastante expressiva. No entanto, os 24,8% correspondem ao total de rádios que operam no país, o que torna essa proporcionalidade expressiva, seja no campo das comunicações, no campo religioso ou no contexto político.

Tratando-se do contexto das igrejas evangélicas, parcela significativa dos comunicadores que figuram nas diferentes mídias das redes de comunicação desenvolve, em potencial, participações político-partidária. As redes de comunicação evangélicas são atores importantes na cena política brasileira contemporânea, não somente pelo discurso que evocam, mas pelos meios que dispõem para vocalizarem tais discursos. Portanto, a representação política evangélica passa necessariamente pelas redes de comunicação.

Com os dados obtidos na pesquisa, formulamos o quadro das rádios evangélicas FM's nas capitais brasileiras por região. Foram arroladas no total 407 rádios FM's nas capitais. Dessas, 101 (24,8%) veiculam programação voltada para o público das igrejas evangélicas. Mas, proporcionalmente, como ocorre a distribuição dessas mídias pelas regiões? Algo que mereça algum destaque no que tange às implicações políticas?

Tabela 1 - Rádios evangélicas FM's nas capitais brasileiras por região

Região	Total	Evangélicas	Porcentagem
Norte	78	21	26,9 %
Nordeste	129	31	24,0%
Centro-Oeste	62	12	19,3%
Sudeste	88	28	31,8%
Sul	50	12	24,0%

Fonte: elaboração própria, com dados da ABERT e do site TudoRádio.com

Conforme os resultados, os dois extremos são o Centro-Oeste e o Sudeste. Mesmo assim, os 19,3% obtido no Centro-Oeste não destoam tanto da porcentagem nacional de 24,8%. No geral, podemos dizer que há uma

distribuição equilibrada no alcance das regiões brasileiras. Emissoras e retransmissoras que operam com potencial considerável de alcance, seja através das Frequências Moduladas (FM´s) ou das Amplitudes Moduladas (AM´s). Analisando o quadro, podemos inferir que as redes de rádios evangélicas não são redes regionais, mas nacionais. Ainda que as chamadas “cabeça de rede” tenham identidades regionais, em termos de execução e veiculação de programação, as redes se identificam como nacionais.

No cenário religioso brasileiro, para muitos grupos evangélicos, a missão da igreja passa necessariamente por conquistar, manter e expandir canais de comunicação. Isso teria a ver com a proclamação da mensagem que se diz portadora. A missão evangelizadora, nessa perspectiva missionária, requer, na atualidade, a propriedade da *mass media*.

Bancada Evangélica e vínculos com as redes de comunicação evangélicas – 56ª legislatura (2019-2022)

Levantamento realizado a partir dos anais oficiais da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no site da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019) assinala 199 signatários. Dessa lista, nem todos mantêm relações formais ou pertencem às comunidades de fé. Fazer parte de uma frente parlamentar no Congresso Nacional tem a ver com apoio político, reconhecer as pautas e comprometer-se de certa forma com as proposições básicas. Procuramos reforçar as informações consultando as respectivas biografias no Portal da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [s/d]b). Mesmo assim, muitos signatários não têm qualquer vínculo com as igrejas evangélicas o que torna o trabalho do pesquisador uma tarefa ofegante e pouco producente. Posteriormente, analisamos os perfis nas redes sociais (Twitter, Instagram e Facebook) para conferir como cada parlamentar constrói a sua identidade política enquanto representação evangélica.

Entre tantos dados importantes coletados, a prioridade desse levantamento era identificar os parlamentares nos seus vínculos com as redes de comunicação evangélicas. Daí, julgamos mais producente trabalharmos com o levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) para chegarmos a uma lista dos nomes dos deputados

declaradamente evangélicos com vínculos eclesiásticos. Do grupo mais genérico da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) do Congresso Nacional com 199 signatários, passamos a considerar como referência a Bancada Evangélica composta por 84 eleitos para a 56ª Legislatura na Câmara Federal, conforme descrito pelo DIAP (ELEIÇÕES..., 2018). Em posse dessa lista, procedemos de forma mais assertiva nos passos descritos no parágrafo anterior para obter as informações que efetivamente nos interessavam e atualizar os dados do DIAP, que foram coletados no início do mandato da 56ª Legislatura.

Na década de 1980, antes de ser uma igreja com massiva presença nacional, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) usava o expediente de alugar horários em rádio e televisão. A primeira aquisição foi a Rádio Copacabana AM, em 1984, no Rio de Janeiro. Na década seguinte, em 1995, houve a aquisição da rádio FM 105,1, também no estado do Rio de Janeiro, que viria a ser a geradora de sinais que as afiliadas retransmitiriam. Estava, assim, surgindo a Rede Aleluia de Rádios. Oficialmente, a Rede Aleluia nasceu em 06 de junho de 1998 com 17 emissoras (SOBRE..., s/d). Atualmente é composta por 92 rádios, presente em 71 cidades, cobrindo um pouco mais de 80% do território nacional. E conforme nosso levantamento, operando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. A única capital que não localizamos uma rádio FM operando da Rede Aleluia foi Curitiba. Mas é muito provável que as emissões das rádios FM´s da Rede Aleluia de outras cidades do Estado do Paraná alcance a grande Curitiba (Ponta Grossa, 93.1 FM; Foz do Iguaçu, 105.1 FM; Maringá, 104.3 FM; Cascavel, 99.5 FM; Londrina, 88.5 FM). Quais seriam em potencial os deputados federais beneficiários diretos da Rede Aleluia de Rádio?

Tabela 2 - Bancada Evangélica na 56ª legislatura (2019-2022) na Câmara Federal e Redes de Comunicação

Nº	Parlamentar	Partido-UF	Mandatos	Igreja/Função	Redes de comunicação
1	Aline Gurgel	REPUBLICANOS-AP	1º	IURD Membro	Vínculos formais não identificados
2	Aroldo Martins	REPUBLICANOS-PR	1º	IURD Bispo	Foi presidente e CEO da Record TV Internacional (Portugal) e Diretor Executivo da Record TV Network (Londres – Inglaterra)
3	Carlos Gomes	REPUBLICANOS-RS	2º	IURD Pastor	Radialista

4	Gilberto Abramo	REPUBLICANOS-MG	1º	IURD Bispo	Jornalista e radialista, apresentou programas de televisão e rádio
5	Júlio Cesar Ribeiro	REPUBLICANOS-DF	1º	IURD Pastor	Foi diretor executivo nas emissoras TV Itajaí, TV Cultura Florianópolis, Rede Mulher de Televisão e TV Itapoan (BA)
6	Jhonatan de Jesus	REPUBLICANOS-RR	3º	IURD Membro	Vínculos formais não identificados
7	Márcio Marinho	REPUBLICANOS-BA	4º	IURD Bispo	Radialista, apresentador e diretor nas redes de comunicação da IURD, rádio e televisão
8	Marcos Pereira	REPUBLICANOS-SP	1º	IURD Bispo	Presidente Nacional do Partido Republicano Brasileiro, desde 2011
9	Maria Rosas	REPUBLICANOS-SP	1º	IURD Pastora	Participação no Programa Balanço Geral RecordTV Litoral, SP
10	Milton Vieira	REPUBLICANOS-SP	2º	IURD Pastor	Radialista
11	Ossesio Silva	REPUBLICANOS-PE	1º	IURD Bispo	Radialista
12	Roberto Alves	REPUBLICANOS-SP	3º	IURD Pastor	Foi apresentador dos programas ""Fala Vale"" da Super Rádio Piratininga de São José dos Campos e da TV Band Vale
13	Rosângela Gomes	REPUBLICANOS-RJ	2º	IURD Membro	Vínculos formais não identificados
14	Vavá Martins	REPUBLICANOS-PA	1º	IURD Pastor	Radialista e apresentador de televisão, programa Balanço Geral na TV Record Belém
15	Vinicius Carvalho	REPUBLICANOS-SP	3º	IURD Pastor	Radialista, foi diretor de rádios, da gravadora Line Records e de setores da TV Record
16	Alex Santana	REPUBLICANOS-BA	1º	Assembleia de Deus Pastor	Vínculos formais não identificados
17	Cleber Verde	REPUBLICANOS-MA	4º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados
18	João Campos	REPUBLICANOS-GO	5º	Assembleia de Deus Pastor	Vínculos formais não identificados
19	Sílas Câmara	REPUBLICANOS-AM	6º	Assembleia de Deus	Rede Boas Novas de Rádio e TV

				Membro	
20	Léo Motta	REPUBLICANOS-MG	1º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados
21	Luís Miranda	REPUBLICANO-DF	1º	Igreja Ser Membro	Vínculos formais não identificados
22	Roberto de Lucena	REPUBLICANOS-SP	3º	O Brasil Para Cristo Pastor	Vínculos formais não identificados
23	Celso Russomano	REPUBLICANOS-SP	6º	Católica Membro	Repórter nos programas Hoje em Dia e Cidade Alerta na RecordTV. Jornalista especializado em direito do consumidor.
24	Liziane Bayer	REPUBLICANOS-RS	1º	Internacional da Graça de Deus Pastora	Rede Nossa Rádio
25	Altineu Côrtes	PL-RJ	2º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados
26	André Ferreira	PL-PE	1º	Assembleia de Deus Membro	Apresentador do Programa Libertador. Rádios Maranata FM (103.9), Novas de Paz FM (91.3) e a Evangélica FM (110.7). Aos sábados na TV Tribuna (canal 4 na TV aberta e 20 no UHF).
27	Dr. Jaziel Pereira	PL-CE	1º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados
28	Eli Borges	PL-TO	1º	Assembleia de Deus Pastor	Vínculos formais não identificados
29	Marco Feliciano	PL-SP	3º	Assembleia de Deus Pastor	Pastor midiático que circula por diversas redes de comunicação evangélicas
30	Pastor Eurico	PL-PE	3º	Assembleia de Deus Pastor	Radialista
31	Pastor Gil	PL-MA	1º	Assembleia de Deus Pastor	Vínculos formais não identificados
32	Paulo Freire Costa	PL-SP	3º	Assembleia de Deus Pastor	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB
33	Policial Katia Sastre	PL-SP	1º	Assembleia de Deus	Vínculos formais não identificados

				Membro	
34	Sóstenes Cavalcante	PL-RJ	2º	Assembleia de Deus Pastor	Vínculos formais não identificados
35	Onyx Lorenzoni ⁶	PL-RS	5º	Luterana Membro	Vínculos formais não identificados
36	Marcelo Álvaro Antônio ⁷	PL-MG	2º	Maranata Membro	Vínculos formais não identificados
37	Lincoln Portela ⁸	PL-MG	6º	Batista Nacional Pastor	Radialista, Âncora de TV, dirigiu na Rede Record Minas, Rede Super e Canal 13 BH
38	Jefferson Campos	PL-SP	5º	Evangelho Quadrangular no Brasil Pastor	Radialista. Vice-Presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil
39	José Medeiros	PL-MT	1º	Presbiteriana Membro	Vínculos formais não identificados
40	Hélio Lopes	PL-RJ	1º	Não identificada	Vínculos formais não identificados
41	Eduardo Bolsonaro	PL-SP	2º	Batista Membro	Vínculos formais não identificados
42	David Soares	UNIÃO-SP	1º	Internacional da Graça de Deus Membro	Rede Nossa Rádio; Rede Internacional de Televisão – RIT e Nossa TV
43	Alan Rick	UNIÃO-AC	2º	Assembleia de Deus Pastor	Jornalista e Apresentador de Rádio e Televisão. TV Gazeta
44	Felipe Francischini	UNIÃO-PR	1º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados

⁶ Licenciou-se do mandato de Deputado(a) Federal, na Legislatura 2015-2019, para assumir na sequência o cargo de Ministro de Estado no Governo Bolsonaro: ministro-chefe da Casa Civil, ministro da Cidadania, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência e ministro do Trabalho e Previdência.

⁷ Licenciou-se do mandato de Deputado(a) Federal, na Legislatura 2019-2023, para assumir o cargo de Ministro de Estado do Turismo, a partir de 16 de julho de 2019.

⁸ MESA DIRETORA: 1º Vice-Presidente, a partir de 25/05/2022.

45	Daniela do Waguinho	UNIÃO-RJ	1º	Nova Vida Membro	Vínculos formais não identificados
46	Moses Rodrigues	UNIÃO-CE	2º	Adventista Membro	Vínculos formais não identificados
47	Rose Modesto	UNIÃO-MS	1º	Nosso Senhor Jesus Cristo Membro	Vínculos formais não identificados
48	Heitor Freire	UNIÃO-CE	1º	Evangelho Pleno Membro	Apresentador do programa Fala Heitor Freire na TV Metr�pole Canal UHF Digital 16
49	Clarissa Garotinho	UNIÃO – RJ	2º	Presbiteria na Membro	Família de radialistas da região Norte-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, RJ.
50	Alexandre Serfiotis ⁹	PSD-RJ	2º	Fazei Discípulos de Resende, RJ Membro	Vínculos formais não identificados
51	Cezinha de Madureira	PSD-SP	1º	Assembleia de Deus Pastor	Radialista, Ministério Madureira
52	Flordelis ¹⁰	PSD-RJ	1º	Ministério Cidade do Fogo Pastora	Cantora Gospel
53	Sérgio Brito	PSD-BA	6º	Batista Membro	Vínculos formais não identificados
54	Stefano Aguiar	PSD – MG	3º	Evangelho Quadrangular Pastor	Radialista
55	Wladimir Garotinho ¹¹	PSD – RJ	1º	Presbiteria na Membro	Família de radialistas da região Norte-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, RJ.

⁹ Renunciou ao mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2019-2023, em 1 de janeiro de 2021 para assumir o mandato de Prefeito, Porto Real, RJ.

¹⁰ Perdeu o mandato de Deputada Federal, na Legislatura 2019-2023, em 12 de agosto de 2021, por quebra de decoro parlamentar.

¹¹ Renunciou ao mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2019-2023, em 1 de janeiro de 2021 para assumir a Prefeitura de Campos dos Goytacazes, RJ. Filho dos ex-governadores do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (União-RJ) e Rosinha Garotinho (União-RJ); irmão da Deputada Federal Clarissa Garotinho (UNIÃO – RJ).

56	Abílio Santana	PSC-BA	1º	Assembleia de Deus de Madureira Pastor	Vínculos formais não identificados
57	Glaustin da Fokus	PSC-GO	1º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados
58	Gilberto Nascimento	PSC-SP	3º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados
59	Lauriete	PSC-ES	2º	Assembleia de Deus Membro	Cantora Gospel
60	Aguinaldo Ribeiro	PP-PB	3º	Batista Membro	Vínculos formais não identificados
61	André Abdon	PP-AP	2º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados
62	Christiane de Souza Yared	PP-PR	2º	Evangelho Eterno Membro	Vínculos formais não identificados
63	Laercio Oliveira	PP-SE	3º	Presbiteria na Membro	Vínculos formais não identificados
64	Bruna Furlan	PSDB-SP	3º	Congregação Cristã no Brasil Membro	Vínculos formais não identificados
65	Geovania de Sá	PSDB-SC	2º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados
66	Lucas Redecker	PSDB-RS	1º	Luterana Membro	Vínculos formais não identificados
67	Sheridan Oliveira	PSDB - RR	2º	Evangelho Quadrangular Membro	Vínculos formais não identificados
68	Lucio Mosquini	MDB-RO	2º	Batista Nacional Membro	Vínculos formais não identificados
69	Olival Marques	MDB-PA	1º	Assembleia de Deus Membro	Cantor Gospel

70	Otoni de Paula	MDB – RJ	1º	Assembleia de Deus de Madureira Pastor	Radialista
71	André Janones	AVANTE-MG	1º	Batista da Alagoinha Membro	Vínculos formais não identificados
72	Pastor Sargento Isidório	AVANTE-BA	1º	Assembleia de Deus Pastor	Vínculos formais não identificados
73	Dra. Soraya Manato	PTB-ES	1º	Maranata	Vínculos formais não identificados
74	Paulo Bengtson	PTB-PA	1º	Evangelho Quadrangular Pastor	Radialista
75	Lucas Gonzalez	NOVO – MG	1º	Batista da Alagoinha Pastor	Vínculos formais não identificados
76	Marcel Van Hattem	NOVO-RS	1º	Luterana Membro	Vínculos formais não identificados
77	Benedita da Silva	PT-RJ	5º	Presbiteriana Membro	Vínculos formais não identificados
78	Rejane Dias	PT – PI	3º	Batista	Vínculos formais não identificados
79	JHC - João Henrique Caldas ¹²	PSB-AL	2º	Internacional da Graça de Deus Membro	Vínculos formais não identificados
80	Sergio Vidigal ¹³	PDT-ES	2º	Batista	Vínculos formais não identificados
81	Toninho Wandschee	PROS – PR	2º	Assembleia de Deus Membro	Vínculos formais não identificados

¹² Renunciou ao mandato de Deputado(a) Federal, na Legislatura 2019-2023, em 1 de janeiro de 2021 para assumir a prefeitura de Maceió.

¹³ Renunciou ao mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2019-2023, em 31 de dezembro de 2020, para assumir como Prefeito de Serra, ES.

82	Aureo Ribeiro	Solidariedade – RJ	3º	Metodista	Vínculos formais não identificados
----	------------------	--------------------	----	-----------	------------------------------------

Fonte: elaboração própria, a partir do levantamento do DIAP.

Além dos 15 parlamentares identificados como potenciais beneficiários diretos da Rede Aleluia de Rádios, por estarem envolvidos tanto com a estrutura religiosa quanto com a coordenação política, podemos inferir que outros 9 deputados, na condição de membros da Bancada Evangélica e membros do Partido Republicano, podem ser identificados como potenciais beneficiários indiretos da Rede Aleluia de Rádio. Possuem a identidade política enquanto membros do Partido Republicano, mas são de outras denominações cristãs.

Segundo os dados oficiais do Portal da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [s/d]), o Partido Republicano é composto por uma bancada de 43 Deputados. Desses, conforme apuramos, 23 são identificados com a estrutura de comunicação da IURD, direta ou indiretamente. A Rede Aleluia de Rádios é um fator fundamental, tanto para a expansão religiosa quanto para os projetos políticos. Enquanto o Partido Liberal (PL), atualmente, é formado por uma bancada de 78 deputados na Câmara dos Deputados, sendo que 17 pertencem à Bancada Evangélica. Embora os números sejam expressivos e caracterizam bem a adesão ao que se convencionou chamar de bolsonarismo na Câmara dos Deputados, importa alguns destaques para dimensionarmos melhor o quanto o Partido Liberal (PL) abriga figuras chaves dessa relação entre igrejas, redes de comunicação, política e base do governo Bolsonaro.

Pastor Marco Feliciano (PL-SP) é o presidente da Assembleia de Deus Ministério Catedral do Avivamento. Embora não haja uma identificação específica com uma rede de comunicação evangélica, o pastor Marco Feliciano é uma figura pública popular que transita com desenvoltura pelas diferentes redes de comunicação evangélicas, seja na condição de deputado, pregador ou cantor gospel. Paulo Freire Costa (PL – SP) é pastor da Igreja Assembleia de Deus, Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB. Filho do Pastor José Wellington Bezerra da Costa, que presidiu a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB entre 1988 e

2017. Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) é membro da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, ADVEC, do Pastor Silas Malafaia. Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, exercício 2022. A representação política do Sóstenes Cavalcante está relacionada ao poder de comunicação do Pastor Silas Malafaia.

Marco Feliciano (PL-SP), Paulo Freire Costa (PL – SP) e Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), conquanto líderes da Assembleia de Deus, pertencem a grupos distintos e atuam em termos eclesiais de forma autônoma em relação às demais igrejas identificadas como Assembleias de Deus. Acrescentaríamos, além dos três grupos citados, para termos um quadro mais completo da representação pulverizada das Assembleias de Deus, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), pastor da Igreja Assembleia de Deus do Brás - SP, Ministério Madureira, e Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM), irmão do pastor da Igreja Assembleia de Deus em Belém do Pará, presidente da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil. Em comum: as cinco expressões das Assembleias de Deus convergem formando a base política do governo Bolsonaro e atuam com redes de comunicação próprias, tendo no rádio um veículo estratégico.

Na tabela não estamos distinguindo as Assembleias de Deus. Mas importa enfatizar que existem grupos distintos e independentes identificados como Igreja Assembleia de Deus. Para exemplificar na perspectiva interna das estruturas eclesiais: o Pastor Samuel Câmara lidera a Convenção da Assembleia de Deus no Brasil; o Pastor Silas Malafaia é o líder máximo da Assembleia de Deus Vitória em Cristo; Manoel Ferreira é o Bispo Primaz das Assembleias de Deus Ministério de Madureira; enquanto a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil, alegada a maior convenção nacional das Assembleias de Deus do Brasil, tem na figura do seu presidente de honra, Pastor José Wellington Bezerra da Costa, sua maior liderança. Citados os grupos mais representativos, existem outros independentes e de feições próprias que também são denominados como Assembleia de Deus.

A Rede Boas Novas está presente em 23 capitais em TV aberta e transmitindo sinal para mais de 220 cidades do Brasil. Segundo o site oficial da emissora, seu sinal está presente em mais de 23 estados e alcança todo o

Brasil pelo satélite.¹⁴ Quanto à Rede Boas Novas de FM´s nas capitais, constam as seguintes: Rio Branco (AC) - 107.9 FM; Amapá (MP) - 104.9 FM; Manaus (AM) - 107.9 FM; Belém (PA) - 91.9 FM; Porto Velho (RO) - 96.9 FM; Brasília (DF) - 92.9 FM. Opera predominantemente na região Norte do país.¹⁵

A representação política do Deputado Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM) está relacionada à Rede Boas Novas. Presidente do Partido Republicanos no Amazonas. Foi Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, exercício 2019 e 2020. Seu irmão, Samuel Câmara, é pastor da Igreja Assembleia de Deus em Belém do Pará, presidente da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil e proprietário da Rede Boas Novas. Silas Câmara cumpre o seu sexto mandato na Câmara dos Deputados, na 56ª Legislatura, 2019-2023. Bastante revelador o fato que nos seis mandatos o Deputado em questão foi titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI. Tal adesão mostra o nível de interesse nas questões referentes aos processos de outorgas da radiodifusão, dentre outras implicações relacionadas à titularidade na comissão.

Considerando a dimensão da Rede Boas Novas de TV e Rádio é difícil precisar quais os deputados da Bancada Evangélica participam efetivamente da programação da rede. Certamente que a figura política de destaque deste grupo de comunicação é o Deputado Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM). Mas, eventualmente, coberturas jornalísticas da rede ou programas de cunho religioso colocam em evidência outros membros da Bancada Evangélica. Ainda que não haja uma relação orgânica, formal e oficial, esses atores políticos convergem interesses e firmam alianças e acordos.

A Rede Nossa Rádio, pertencente à Fundação Internacional de Comunicação, grupo midiático da Igreja Internacional da Graça de Deus, liderada pelo missionário Romildo Ribeiro Soares (R. R. Soares). Na nossa pesquisa, localizamos 8 rádios operando nas capitais: Fortaleza (CE) - 97.7 FM; Vitória (ES) - 96.5 FM; Goiânia (GO) - 94.3 FM; Belo Horizonte (MG) - 97.3 FM; Recife (PE) - 106.9 FM; Teresina (PI) - 101.3 FM; Porto Alegre (RS) - 106.7 FM; São Paulo (SP) - 94.1 FM. Além das outras rádios FM´s e AM´s que compõem a Rede Nossa Rádio, o grupo do televangelista R. R. Soares é proprietário da

¹⁴ REDE BOAS NOVAS. Disponível em: <https://boasnovas.tv/>. Acesso em: 9 fev. 2022.

¹⁵ Outras rádios que compõem a Rede Boas Novas: Belém (PA) - AM 1270; Cabo Frio (RJ) - 105.9 FM; Manaus (AM) - AM 930; Porto Velho (RO) - AM 660.

Rede Internacional de Televisão – RIT (TV aberta) e Nossa TV (TV por assinatura). O programa O Show da Fé é exibido diariamente no horário nobre da Rede TV. Foi apresentado por R. R. Soares no horário nobre da Band TV por 18 anos. A partir do dia 01 de janeiro de 2022 deixou de ser veiculado.

Liziane Bayer (REPUBLICANOS-RS) cumpre o seu primeiro mandato como Deputada Federal. Suplente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI na Câmara dos Deputados. Na condição de pastora da Igreja Internacional da Graça de Deus, beneficia-se eleitoralmente da visibilidade proporcionada pelos seus vínculos religiosos e atua no parlamento com a representação identificada com a Bancada Evangélica, mais particularmente como quadro político da Igreja Internacional da Graça de Deus. No entanto, o quadro mais expressivo dessa vinculação é o Deputado Federal David Bezerra Ribeiro Soares (UNIÃO-SP). Também no seu primeiro mandato, é filho do missionário R. R. Soares. Titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI na Câmara dos Deputados.

Os seus irmãos, Marcos Bezerra Ribeiro Soares (UNIÃO-RJ) e André Bezerra Ribeiro Soares (DEM-MG), ficaram na condição de suplentes no exercício 2019 – 2023 na Câmara Federal. Marcos Soares cumpriu o mandato de Deputado Federal na 55ª Legislatura (2015-2019) e foi titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI na Câmara dos Deputados. Enquanto André Soares cumpriu três mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), antes de tentar ser eleito Deputado Federal nas eleições de 2018.

A propósito, os outros filhos do R. R. Soares também cumprem mandatos políticos: Deputado Estadual Filipe Bezerra Ribeiro Soares (DEM-RJ), Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e Deputado Estadual Daniel Bezerra Ribeiro Soares (UNIÃO-SP), Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

Quanto ao Deputado JHC - João Henrique Caldas (PSB-AL), embora conste como membro da Igreja Internacional da Graça de Deus, não encontramos evidências que ele atue sob a coordenação da suposta cúpula política da igreja ou seja beneficiário direto da respectiva rede de comunicação. Trata-se do caso em que a adesão religiosa não se traduz necessariamente em fidelização política partidária. JHC, como é conhecido no

seu reduto eleitoral, renunciou ao mandato de Deputado(a) Federal, na Legislatura 2019-2023, em 1 de janeiro de 2021, para assumir a prefeitura de Maceió.

A Rede Sara Brasil é propriedade do ex-deputado Robinson Rodovalho (PP-DF) que cumpriu mandato na 53ª legislatura (2007-2011) e figura como aliado do governo Bolsonaro. A Igreja Sara Nossa Terra nasceu em Brasília (DF), em 1992, como iniciativa dos bispos Robinson Rodovalho e Lúcia Rodovalho. A Rede Gênesis de Televisão foi criada em 1997. Segundo o site oficial da Rede Gênesis de Televisão, há uma parceria com a Rede Boas Novas que cobre as 27 capitais dos estados brasileiros. Em 2001 na cidade Brasília – DF, nascia a primeira rádio da rede, Rádio Sara Brasil FM. O grupo de comunicação em questão ainda dispõe na sua estrutura da editora (Sara Brasil Produções e Edições) e da gravadora (Sara Music).¹⁶ Na pesquisa, identificamos as seguintes rádios que compõem a Rede Sara Brasil: Goiânia (GO) - 93.9 FM; Curitiba (PR) - 107.5 FM; Porto Alegre (RS) - 95.5 FM; Florianópolis (SC) - 89.1 FM; Aracaju (SE) - 97.1 FM; São Paulo (SP) - 101.3 FM; Rio de Janeiro (RJ) – 106.1 FM; Brasília (DF) – 99.7 FM.

O bispo Rodovalho, fundador e líder da Igreja Evangélica Sara a Nossa Terra, possui a Rede Gênesis de TV e a Rede Sara de Rádio. Enquanto o autoproclamado apóstolo, Estevam Hernandes, e sua esposa, bispa Sônia Hernandes, são os fundadores e líderes da Igreja Renascer em Cristo. Em 1996, criaram a Fundação Evangélica Trindade, mantida pela Igreja Renascer em Cristo, formando a Rede Gospel de TV e Rádio.¹⁷ Constam os seguintes registros de rádios FM´s nas capitais da Rede Gospel: Goiânia (GO) - 101.1 FM; Rio de Janeiro (RJ) - 107.9 FM; São Paulo (SP) - 90.1 FM. Assim como o casal Rodovalho, o casal Hernandes mantém vínculos com parcela significativa da Bancada Evangélica e compõe a base política do governo Bolsonaro.

Dos membros da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, em algum período durante a 56ª legislatura, foram membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI): Gilberto Abramo (REPUBLICANOS-MG), suplente; Júlio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS-DF),

¹⁶ Rede Gênesis de Televisão. Disponível em: <https://redegensis.tv.br/>. Acesso em: 4 jun. 2022; Rede Sara Brasil. Disponível em: <https://sarabrasilfm.com.br/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

¹⁷ Rede Gospel de Televisão. Disponível em: <https://www.redegospel.tv.br/>. Acesso em: 4 jun. 2022; Rede Gospel de Rádio. Disponível em: <https://www.radiogospelfm.com.br/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

titular; Roberto Alves (REPUBLICANOS-SP), titular; Alex Santana (REPUBLICANOS-BA), titular; Cleber Verde (REPUBLICANOS-MA), titular; Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM), titular; Luís Miranda (REPUBLICANO-DF), suplente; Liziane Bayer (REPUBLICANOS-RS), suplente; Paulo Freire Costa (PL – SP), suplente; Jefferson Campos (PL – SP), titular; David Soares (UNIÃO-SP), titular; Lauriete (PSC-ES), suplente; Laercio Oliveira (PP-SE), suplente; JHC - João Henrique Caldas (PSB-AL), suplente. Em síntese, podemos inferir que as redes de comunicação evangélicas estão devidamente representadas na CCTCI.

Alguns deputados da Bancada Evangélica que assumiram no início da 56ª legislatura (2019-2022), renunciaram no meio do mandato por um motivo comum: foram eleitos nas eleições municipais de 2020 e assumiram como prefeito no início do ano de 2021. Especificamente, esse foi o caso dos seguintes deputados: Alexandre Serfiotis (PSD-RJ), Prefeitura de Porto Real, RJ; Wladimir Garotinho (PSD-RJ), Prefeitura de Campos dos Goytacazes, RJ; JHC - João Henrique Caldas (PSB-AL), Prefeitura de Maceió, AL; Sergio Vidigal (PDT-ES), Prefeitura de Serra, ES.

O interesse da Bancada Evangélica pela CCTCI não é algo novo. Paul Freston demonstrou como na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) a nascente Bancada Evangélica deu atenção especial a duas subcomissões: Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e Subcomissão da Ciência, Tecnologia e Comunicação (FRESTON, 1993, p. 235). Pesquisando as Bancadas Evangélicas nas 52ª (2003-2007) e 53ª (2007-2011) legislaturas da Câmara dos Deputados, constatamos que o interesse pelas comunicações persistia. As outorgas de radiodifusão que beneficiavam as redes de comunicação evangélicas passavam pela CCTCI. Daí, tornava-se estratégico para a Bancada Evangélica ampla representação na comissão em questão (FIGUEREDO FILHO, 2010).

Entre os 82 deputados identificados como membros da Bancada Evangélica, 38 (46,3%) estão cumprindo o primeiro mandato na Câmara Federal. Esses números não nos permitem fazer afirmações sobre as estratégias eleitorais que adotaram nas eleições de 2018 em que obtiveram êxito e conseguiram ser eleitos. Mas levando em consideração o último semestre do mandato na 56ª legislatura na Câmara dos Deputados, caso

concorram nas eleições de 2022, estão identificados como base política do Governo Bolsonaro.

A percepção de que majoritariamente a Bancada Evangélica manteve-se fiel na Câmara dos Deputados ao Governo Bolsonaro pode ser mais explícita levando em consideração a composição partidária, conforme descrita na respectiva coluna do quadro apresentado. Entre os 82 deputados arrolados na referida bancada: Partido Republicanos, 24 (29,2%); PL - Partido Liberal, 17 (20,7%); UNIÃO – União Brasil, 8 (9,7%); PSD - Partido Social Democrático, 6 (7,3%); PSC - Partido Social Cristão, 4 (4,8%); PP - Progressistas, 4 (4,8%); PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, 3 (3,6%); MDB - Movimento Democrático Brasileiro; AVANTE – Avante, 2 (2,4%); PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, 2 (2,4%); NOVO - Partido Novo, 2 (2,4%); PT - Partido dos Trabalhadores, 2 (2,4%); PSB - Partido Socialista Brasileiro, 1 (1,2%); PDT - Partido Democrático Trabalhista, 1 (1,2%); PROS - Partido Republicano da Ordem Social, 1 (1,2%); SOLIDARIEDADE – Solidariedade, 1 (1,2%). Cientes que poderíamos aprofundar as análises sobre os vínculos e eventuais mobilidades partidárias entre os membros da Bancada Evangélica, no escopo deste artigo, limitamo-nos a demonstrar que a tal bancada é suscetível à liderança do governo no parlamento. Em termos mais diretos, a Bancada Evangélica na 56ª legislatura na Câmara dos Deputados manteve-se como base política do Governo Bolsonaro.

Conclusão

Neste artigo, não tínhamos o objetivo de apresentar uma resposta completa sobre quem são os evangélicos na política brasileira contemporânea, mas contribuir para o estudo do fenômeno a partir de uma amostragem que consideramos fulcral: a representação política evangélica tem a ver fortemente com a representação das redes de comunicação evangélicas. Neste sentido, nossa hipótese foi confirmada.

Em termos de contribuição para o debate acadêmico, ao nosso juízo, o principal que este artigo oferece é a caracterização do *coronelismo evangélico*. Seria exagerado afirmar que este trabalho se insere no campo da discussão conceitual. O coronelismo é um conceito consolidado que descreve muito da cultura política brasileira. Contudo, a partir da noção de

mandonismo oligárquico local, inserimos o fenômeno de atores políticos evangélicos proprietários/concessionários/usuários de radiodifusão.

Os resultados obtidos na pesquisa materializam e objetivam o *coronelismo eletrônico evangélico*. Não custa insistir em dizer que essa designação explica boa parte da representação política evangélica, mas não abarca a totalidade. Para além da tipificação *coronelismo eletrônico evangélico*, existem evangélicos atuando na igreja, na política e nos meios de comunicação. Importante frisar em termos de identidade social que as pertencas religiosas e políticas são múltiplas e complexas e às vezes as análises das estruturas institucionais não dão conta dos variados comportamentos e níveis de fidelidade aos esquemas de maior visibilidade.

Ainda que não tenha sido alvo das nossas investigações, a partir do campo de estudo da comunicação política, parece-nos razoável admitir que a mídia assume uma posição central nas configurações políticas de um modo geral. Seria difícil nas democracias atuais pensar no conceito de representação sem conferir certa centralidade à mídia. Essa pequena inferência para dizer que o *coronelismo eletrônico evangélico* não é um fato isolado, mas a confirmação de uma tendência. Dito de outra forma, o uso sistemático dos meios de comunicação por parte de igrejas evangélicas para fins políticos se insere no contexto mais amplo em que a mídia conquistou posição de destaque na consolidação da representação política.

O conceito de *Cenário de Representação Política (CR-P)* não esteve em evidência ao longo da escrita do artigo. Foi algo consciente e proposital. Mais do que descrever e apresentar o escopo do conceito, quisemos utilizá-lo como suporte teórico e metodológico. Foi a partir da compreensão do *Cenário de Representação Política (CR-P)* que tomamos decisões, estabelecemos critérios e compartilhamos os resultados desta pesquisa. O tipo de suporte não aparente, mas que funcionou como alicerce e assim permitiu pensar o *coronelismo eletrônico evangélico* para além de um neologismo. Neste artigo, o *coronelismo eletrônico evangélico* foi fundamentado pelo conceito de *Cenário de Representação Política (CR-P)*.

O monitoramento da bancada evangélica se investe de importância imperiosa para o projeto de pesquisa em curso. O que iniciamos neste trabalho pretendemos estender e ampliar para novas investidas. A dinâmica da composição da bancada evangélica ao longo da 56ª legislatura (2019-2022)

na Câmara dos Deputados exemplifica o quanto esse tipo de ator político interage com o contexto político-religioso, *Cenário de Representação Política (CR-P)*. A forte adesão das redes de comunicação evangélicas durante as eleições de 2018 à candidatura do Bolsonaro e ao longo do governo entre 2019 e 2022 precisa ser comparada com a nova composição da Bancada Evangélica na 57ª legislatura (2023-2026). Essa será a pauta da nova fase do projeto de pesquisa em curso.

Referências

ABERT. Disponível em: <http://www.abert.org.br>. Acesso em: nov. 2021-mar. 2022.

ANATEL. Sistemas Interativos. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/sis/SistemasInterativos.asp>. Acesso em: nov. 2021-mar. 2022.

AUSTIN, J L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRITTOS, V C; BOLAÑO, C R S (org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Bancada do Partido Republicano do Brasil, [s/d]a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-atual>. Acesso em: 31 mai. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. FRENTE Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>. Acesso em: 7 mai. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Quem são os deputados, [s/d]b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>. Acesso em: 7 mai. 2022.

ELEIÇÕES 2018: bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)**, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>. Acesso em: 23 maio 2022.

FIGUEREDO FILHO, V. **Abuso de poder:** político, econômico, teológico e simbólico. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

FIGUEREDO FILHO, V. **A fraquejada de um país terrivelmente evangélico.** Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

FIGUEREDO FILHO, V. **Coronelismo eletrônico evangélico.** Rio de Janeiro: Publit, 2010.

FIGUEREDO FILHO, V. **Entre o palanque e o púlpito:** mídia, religião e política. São Paulo: Annablume, 2005.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil:** da Constituinte ao Impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, V. A. de. **Mídia:** crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, V. A. de. **Mídia:** teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MOTTER, P. **A batalha invisível da Constituinte:** interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. 1994. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 1994.

SANTOS, S.; CAPPARELLI, S. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. *In:* BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (org.). **Rede Globo:** 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005. p. 77-101.

SOBRE a rede. **Rede Aleluia:** família, força e fé, [s/d]. Disponível em: <https://redealeluia.com.br/sobre-a-rede-3/>.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TUDORÁDIO.COM. Dials por Estados. Disponível em: <http://www.abert.org.br>. Acesso em: nov. 2021-mar. 2022.